

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_ DE 2008.**  
**(Do Senhor Marcelo Serafim)**

*Solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça acerca de documento legal elaborado por esse Ministério no sentido de criar Nova Estrutura Jurídica para ONG's estrangeiras.*

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado pedido de informações ao Senhor Ministro da Justiça nos seguintes termos:

- 1- Em que consiste exatamente a Nova Estrutura Jurídica de ONG's estrangeiras?
- 2- O objetivo principal visa estabelecer um maior controle desses organismos não-governamentais e da entrada deles na Amazônia?

- 3- Em que fase de elaboração está o referido documento legal?
- 4- Qual a perspectiva de colocá-lo em vigência?
- 5- Atualmente, de que forma o Governo Federal acompanha as atividades das ONG's estrangeiras no Brasil?
- 6- É de conhecimento desse Ministério que as ONG's estão determinando o fechamento diário da BR-174, localizada no estado de Roraima?
- 7- Em caso positivo, que providências esse Ministério está tomando para coibir estes procedimentos?

## JUSTIFICAÇÃO

Em Audiência Pública conjunta das Comissões de Relações Exteriores (CRE) e da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR) desta Casa Legislativa, acerca da demarcação de áreas indígenas no estado de Roraima, mais especificamente na reserva indígena Raposa-Serra do Sol, o Sr. Ministro Tarso Genro anunciou que o Ministério da Justiça está elaborando um documento legal no sentido de criar um maior controle para o ingresso de ONG's estrangeiras na Amazônia.

A preocupação do Ministério da Justiça se baseia nas diversas denúncias de que referidas ONG's estão financiando e incitando e, em muitos casos, patrocinando a confusão instalada na região.

Trata-se de um questionamento feito, na referida audiência, pelo eminente deputado Márcio Junqueira. Ele denunciou, entre outras coisas, o fechamento da estrada federal BR-174 por parte desses organismos não-governamentais.

Durante toda a audiência da CRE e da CAINDR apareceram muitas outras informações e denúncias pelos quais objetivamos o presente requerimento a fim de possuírmos maior embasamento. De posse de todo esse material queremos pautar melhor nossas ações neste Parlamento.

**Sala das Sessões, em                      de                      de 2008.**

**Deputado Marcelo Serafim  
PSB/AM**